



Sorte é o que acontece quando a preparação encontra a oportunidade.

Sêneca

Alckmin assina acordo de cooperação para incentivar os pequenos negócios

Antes de inaugurar, na Praça dos Três Poderes, a Casa de Chá, agora sob a gestão do Senac, o presidente do CNC, José Roberto Tadros, e o presidente da Fecomércio/DF, José Aparecido Freire, participaram de uma agenda importante com o vice-presidente da República e ministro, Geraldo Alckmin. Com foco no fortalecimento do setor de comércio e serviços do país, o Sistema CNC-Sesc-Senac oficializou acordos de cooperação técnica (ACT) com o governo federal. A parceria será com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e com o Ministério do Empreendedorismo. O encontro ocorreu na sede

da CNC, em Brasília, com a presença de presidentes das federações de todos os estados.

Identificar oportunidades

“Para cada um dos acordos, foi elaborado um plano de trabalho, para que sejam identificadas oportunidades de melhoria e criadas estratégias que incentivem o empreendedorismo, aumentem a competitividade e impulsionem os setores representados pelo Sistema Comércio”, explicou o presidente da CNC, José Roberto Tadros. O objetivo da parceria é promover a melhoria do ambiente de negócios,

Fecomércio DF



por meio do fortalecimento e do desenvolvimento dos pequenos negócios.

Dívidas renegociadas

Alckmin destacou os programas Desenrola e Acredita, do governo federal, para a recuperação da saúde financeira das pequenas empresas no Brasil, com R\$ 1,7

bilhão de dívidas renegociadas. “Caiu a inflação, caiu o risco e caiu o desemprego. Quando cai a inflação e sobe o emprego, melhora a renda. Então, nós tivemos um ganho de renda maior desde o Plano Real. Mas isso não deve nos levar à acomodação. Pelo contrário, nós temos que trabalhar para equacionar os desafios de aumentar o investimento no Brasil.”

Almoço sobre PPCUB

O presidente do Grupo de Lideranças Empresariais do DF, Paulo Octávio, almoçou ontem com o governador Ibaneis Rocha, no Terraço Shopping. Os dois conversaram sobre política e sobre o PPCUB. Ibaneis reafirmou que pretende vetar pontos da lei aprovada pelos distritais na semana passada. Entre eles, a ocupação nas quadras 700 e 900 das asas Sul e Norte por empreendimentos, incluindo hotéis e motéis; a ocupação do Parque dos Pássaros, o que afastará a possibilidade de construção de um camping no local; e a permissão de comércio e prestação de serviços no Setor de Embaixadas. “Outros vetos, inclusive, podem ocorrer após a análise detalhada dos técnicos da Seduh”, reforçou Ibaneis. “O governador se mostrou sensível com a preservação da cidade”, comentou Paulo Octávio, que defende também vetos a trechos da lei como o que altera gabarito no setor hoteleiro.

Sem objeções a veto

O Sinduscon apoiou a alteração de gabarito dos hotéis de três andares por avaliar que não fere o tombamento, nem as escalas do projeto original, já que na região existem prédios altos. Mas informou que essa questão específica e polêmica não pode colocar em risco todo o projeto de lei aprovado, que é benéfico para a cidade. A entidade manifestou que essa proposta específica não foi pleito do sindicato. E que não se opõe ao veto, caso o governador avalie que seja necessário.

Abrasel contra tributação seletiva de bebidas açucaradas

A entidade que representa nacionalmente bares e restaurantes expressou preocupação e oposição à tributação seletiva sobre bebidas açucaradas durante uma audiência pública na Câmara dos Deputados. Paulo Solmucci, presidente da Abrasel, criticou a proposta que consta na regulamentação da reforma, destacando a “incoerência da medida”. “É absolutamente incompreensível essa taxaço. O açúcar, quando vendido como produto da cesta básica, é considerado essencial. No entanto, quando utilizado em bebidas, passa a ser tratado como um vilão”, disse ele. Solmucci argumentou que a justificativa de combater a obesidade não se sustenta e que a medida traria enormes prejuízos ao setor, que já sofre com margens de lucro reduzidas e a incapacidade de repassar os custos ao consumidor.

Jair Amaral/EM/D.A. Press



Agenda ESG no Funn Festival

O Funn Festival 2024, que já atraiu cerca de 200 mil pessoas, no Parque da Cidade, reforçou o compromisso com as práticas de ESG (ambiental, social e governança). O evento adotou medidas para reduzir seu impacto, como coleta seletiva, compostagem e redução de plásticos. Conseguiu reciclar 70% dos resíduos. Em 19 de junho, um workshop sobre agroflorestas e sustentabilidade foi realizado, discutindo práticas sustentáveis. Um mutirão plantou mudas no Parkway para promover a restauração ecológica. O festival de música, patrocinado pela Caixa Econômica, termina no próximo fim de semana.

Divulgação



A importância do Plano Real para o Varejo Alimentar Brasileiro

A Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS) destacou a importância do Plano Real para o desenvolvimento e fortalecimento do varejo alimentar no Brasil.

“O Plano Real, que completa 30 anos de sua elaboração e implantação no país, foi um divisor de águas para o nosso setor. A estabilidade econômica trouxe confiança para investimentos, permitindo um crescimento significativo na oferta de produtos e serviços para os consumidores. Hoje, o varejo alimentar brasileiro é um dos mais desenvolvidos do mundo, graças à base sólida construída a partir de 1994. Foi a alavanca necessária que proporcionou o crescimento principalmente dos pequenos supermercados, criando competitividade e mais empregos no Brasil”, destacou o presidente da ABRAS, João Galassi. A entidade representa cerca de 414 mil lojas com um faturamento de R\$ 1 trilhão em 2023. Ao todo, o setor movimentou 9,2% do PIB nacional e emprega 9 milhões de pessoas no país.

IDOSOS / Ao CB.Poder, juíza afirma que a sociedade e o poder público não estão completamente preparados para oferecer boas condições à população 60+, ainda exposta a abusos sexuais, físicos e financeiros, independentemente da classe social

O desafio do envelhecimento

» LUIS FELLYPE RODRIGUES*

O despreparo da sociedade e do poder público para enfrentar o envelhecimento da população foi destacado pela juíza Monize Marques, coordenadora da Central do Idoso do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), durante o programa *CB.Poder* — uma parceria entre o *Correio* e a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Sibel Negromonte, a magistrada também falou sobre as violências sofridas por esse público, como sexuais, físicas e financeiras, o que corrobora a afirmação de que não estamos preparados para lidar com ele.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados pelo Censo de 2022, o número de pessoas com 65 anos ou mais residentes no Distrito Federal cresceu nos últimos 12 anos, passando de 128.128 para 248.576 entre 2010 e 2022. Marques observou que ainda há um grande preconceito em relação ao tema, que raramente é discutido nas principais instâncias de poder. “Estamos no caminho, mas infelizmente não esta-

mos 100% preparados”, observou.

A forma como o Brasil envelheceu é um fator que complica a preparação do país para ser um local adequado às pessoas idosas, segundo a juíza. “Temos uma velocidade de envelhecimento muito maior do que a de países da Europa. Por exemplo, a França levou aproximadamente 140 anos para envelhecer, enquanto nós levamos menos de 20. A partir de 1970, reduzimos nossa taxa de natalidade e aumentamos consideravelmente nossa expectativa de vida”, explicou.

Violência

Por conta dessa falta de preparo, os idosos são vítimas de violência constantemente e essa situação não está relacionada apenas a questões sociais. “Normalmente, nas populações mais carentes temos um alto índice de maus-tratos psicológicos e negligência. Já em populações com melhores condições financeiras, o abuso financeiro é estratosférico, pois geralmente são famílias organizadas para receber e usufruir dos recursos da pessoa idosa.”

Os cidadãos 60+ que vivem em

Ed Alves/CB/DA.Press



A juíza Monize Marques é coordenadora da Central do Idoso do Tribunal de Justiça do DF e Territórios

áreas rurais do DF constantemente são vítimas de abuso sexual, segundo a coordenadora da Central de Idosos do TJDFT. “Ao analisarmos os dados de violência reportados pelo Núcleo de Prevenção e Assistência à Situação de Violência (Nuvap), que são de notificação compulsória, observamos altos índices de automutilação, tentativas de suicídio e violência sexual. Essas situações ocorrem com frequência, embora não sejam notificadas pelos familiares”, afirmou.

Combate

A questão da segurança tem sido um desafio difícil de resolver, afirmou Monize, pois mesmo com diversas ferramentas de repressão e ações rápidas, as denúncias demoram a ser feitas. “Isso ocorre porque se trata de violência no contexto familiar, normalizada e subnotificada. Quando uma mãe é financeiramente abusada pelo filho, ela tende a minimizar, achando que ele ain-

da é apenas um jovem com dificuldades de crescer”, destacou.

Para enfrentar esse problema e permitir que as pessoas cheguem à terceira idade com saúde, é necessário investir nessa área ao longo da vida. A juíza comentou que, dessa forma, os cidadãos terão a oportunidade de envelhecer com qualidade. “Para a população com mais de 60 anos, a primeira ação é um planejamento estratégico que valorize quatro pilares: segurança, saúde, participação e aprendizagem ao longo da vida”, explicou.

Nesse sentido, a Central do Idoso trabalha com famílias que enfrentam conflitos que podem se transformar em violência, como disputas sobre a guarda dos pais ou avós. “Nós os chamamos para mediação e tentamos uma intervenção educativa sobre o envelhecimento e a preservação dos direitos dessas pessoas”, relatou a juíza. Segundo ela, as famílias que participam dessas mediações reduzem consideravelmente a incidência de violência contra idosos em seus lares.



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

Produtividade

Associar o envelhecimento a decrepitude, improdutividade e doença é algo que muitos fazem, mas para a entrevistada isso impede que pessoas saudáveis nessa faixa etária sejam independentes. “Muitos idosos são vistos como dependentes, mas temos um grupo forte, coeso e produtivo que deveria ter seu protagonismo reconhecido e não precisaria de proteção.”

Até aqueles mais novos, mas que estão chegando a uma idade mais avançada, com 45 anos ou mais, frequentemente enfrentam dificuldades para se integrar a certos setores da sociedade, principalmente no mercado de trabalho, como informou a coordenadora da Central do Idoso. “Isso não significa falta de capacidade de produção. Curiosamente, durante a pandemia de covid-19, as maiores startups de tecnologia foram criadas por pessoas com mais de 50 anos”, enfatizou.

População LGBT

Outro desafio é para população LGBT que está envelhecendo e muitas vezes chega à velhice sem vínculos familiares. “Eles estão sob nosso radar. Observamos muito sofrimento nessa população e esse assunto já foi discutido em importantes mesas junto à Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e outras instituições que podem fornecer assistência executiva”, concluiu.

* Estagiário sob a supervisão de Eduardo Pinho

GOVERNO FEDERAL
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico RFB/Sucor/Copol nº 90003/2024 - UASG 170010

Nº Processo: 18220100798202364.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de televisores 85 polegadas com suporte de fixação em parede compatível. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 27/06/2024 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Esplanada Dos Ministérios, Bloco "P" Anexo "A" 2º Andar, - BRASÍLIA/DF ou <https://www.gov.br/compras/edital/170010-5-90003-2024>. Entrega das Propostas: a partir de 27/06/2024 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 09/07/2024 às 9h00 no site www.gov.br/compras.

EMERSON ROSALINO FREITAS
Pregoeiro

== CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios ==
CNPJ/MF nº 05.349.595/0001-09 - NIRE nº 5330000697-1

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 29 de Abril de 2024

Aos 04/2024, às 09h, na sede social, com a totalidade do capital social. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Maximiliano Alejandro Villanueva, que convidou o Sr. Isabella de Oliveira Duarte, para secretariar os trabalhos. **Deliberações Unânicas:** (i) **Aprovar**, sem reservas, as contas dos administradores, as Demonstrações Financeiras da Cia., o Relatório da Administração da Cia. e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; (ii) **Aprovar** a seguinte destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no montante de R\$ 49.508.909,66: (f) nos termos do artigo 193, da Lei das S.A., a destinação de 5% do valor total do lucro do referido exercício, no montante de R\$ 2.475.445,18, para a Reserva Legal; (ff) desconto do montante destinado para a Reserva Legal, a distribuição às acionistas de juros, creditados individualmente, a título de juros sobre capital próprio, observada a proporção de suas respectivas participações no capital social da Cia., no montante de R\$ 14.780.348,85, já líquido de imposto de renda retido na fonte, apurado no período compreendido entre 1º/01/2023 e 31/12/2023, imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativos ao exercício encerrado em 31/12/2023, nos termos do artigo 25 do Estatuto Social da Cia.; e (H) a destinação do montante de R\$ 29.644.818,47, representando o remanescente do lucro do referido exercício, a conta de lucros acumulados da Cia.; e (iii) **Autorizar** os administradores e/ou procuradores da Cia., a praticarem todos os atos necessários à implementação e formalização das deliberações acima aprovadas. Nada mais. Brasília/DF, 29/04/2024. **Mesa:** Maximiliano Alejandro Villanueva - Presidente da Mesa; Isabella de Oliveira Duarte - Secretária da Mesa. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal** - Certificado registro sob o nº 2562115 em 24/06/2024 da Empresa CNP CONSÓRCIO S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS, CNPJ 05349595000109 e Protocolo DFE2400124185 - 20/06/2024. Autenticação: 7f73a80da5e5ee4dfc9615c4f99b27d1838c1. Fabiane Raissa da Fonseca - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <https://juicis.df.gov.br> e informe nº do protocolo 24/086.772-6 e o código de segurança x8Bq. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/06/2024 por Fabiane Raissa da Fonseca - Secretária-Geral.